## 🛮 Airsoft do Brasil Comércio, Importação e Exportação S/A 🚃

CNPJ 10.455.028/0001-77

Demonstrações Financeiras encerradas em 31de dezembro de 2024 e 2023

Balanço Patrimonial - Valores em milhares de Reais					
ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	230	374	Empréstimos e Financiamentos	5.257	4.980
Clientes, Iíquido	3.358	5.823	Fornecedores	1.170	322
Impostos a Recuperar	724	391	Obrigações Tributárias	4.314	1.950
Adiantamentos	2.459	1.542	Obrigações Trabalhistas	47	44
Estoques	2.314	1.959	Outras Obrigações	2.558	2.409
Contas Correntes	313	1.674	Contas Correntes	157	
Total Circulante	9.398	11.763	Total Circulante	13.505	9.705
			Não Circulante		
			Empréstimos e Financiamentos	4.822	4.244
Não Circulante			Parcelamentos Tributários	990	127
Contas a Receber	4.316	4.316		5.812	4.371
Impostos a Recuperar	28	4	Patrimônio Líquido		
Imobilizado, líquido	1.491	1.731	Capital	1.824	1.824
Total Não Circulante	5.835	6.050	Reservas de Lucros	(2.356)	1.638
			Resultado do Exercício	(3.551)	274
			Total Patrimônio Liquido	(4.083)	3.736
TOTAL ATIVO	<u>15.233</u>		TOTAL PASSIVO	15.233	17.813

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional. A Airsoft do Brasil Comércio, Importação fissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, e Exportação SA é uma Sociedade Anônima Fechada. inscrita no CNPJ sob o número 10.455.028/0001-77 com sede na sede na Rua Professora Noêmia de Castro Oliveira, nº 180, sala E Jardim Esmeralda, cidade Limeira, Estado São Paulo, tributada pelo Lucro Presumido. A empesa tem como obieto a importação e comercialização no atacado e varejo de armas de pressão em geral; armas de airsoft; carabinas de pressão e airguns; lunetas e outras miras para armas de pressão; peças e acessórios para armas de pressão e serviços de reparação e manutenção dos mesmos. 2. Principais Práticas Contábeis. O sistema de contabilização, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foram elaborados com a observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Houve observação aos preceitos previstos na ITG 2000, conforme resolução CFC no 1330/2011 que trata da escrituração contábil e também a Lei nº 6.404/76 que regula as sociedades anônimas, incluindo suas obrigações contábeis. Portanto, atendendo os termos, a entidade está apresentando o Balanco Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRÉ), a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), a Demonstracões do Fluxo de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa. Á Administração da empresa optou pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada à legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e pro-

a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Importante salientar que os resultados produzidos são frutos do documental remetido para a contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integridade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional. A empresa contábil se mantém atenta às alterações e, sempre que necessário, avaliará as mudanças ocorridas nas práticas contábeis e sua implantação nas Demonstrações Contábeis da Sociedade. 3. Sumário das Principais Práticas Contábeis. 3.1) A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos. passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3.2) Regime de Contabilização: Tem como prática a adoção do regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados nos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do

Receita Líquida de Vendas 6.457 10.341 Custo da Mercadoria Vendida (3.446) (7.082) Resultado Bruto 3.011) 3.259 (3.297) (1.904) **Despesas Operacionais** Administrativas (2.247) (2.038) Comerciais (461) (581)(120)Impostos e Taxas (70) Depreciação e Amortização (168) (303)1.003 Outras Operacionais, Iíquido (216) Resultado Operacional (286) 1.355 Financeiras e Outras (2.840)(632)Financeiras Iíquidas (2.873)(683)Outras receitas - despesas 34 51 Resultado antes dos impostos (3.126)723 Imposto Renda e CSLL (425) (449)Resultado Líquido (3.551)recebimento ou pagamento. O reconhecimento de receita, resulta

Demonstração de Resultados - Valores em milhares de Reais

diretamente do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos. A entidade deve reconhecer uma receita na demonstração do resultado ou demonstração do resultado abrangente, quando houver aumento nos benefícios econômicos futuros relacionados a um aumento no ativo ou diminuição no passivo e possa ser avaliado confiavelmente. O inverso se aplica às despesas, ou seia, diminuições no ativo e aumento do passivo são classificados como despesas. 3.3) Disponível: Os caixas e equivalentes de caixa representados por disponibilidade em moeda nacional, incluem bens numerários em caixa e depósitos à vista que são administrados ao custo, 3.4) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Os ativos são reconhecidos nas demonstrações quando é provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes, fluirão para a entidade e que seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis. Os passivos são reconhecidos quando: (a) a entidade tem uma obrigação no final do período contábil corrente como resultado de evento passado; (b) seja provável que a entidade transfira recursos que representem benefícios econômicos para a liquidação dessa obrigação; e (c) o valor de liquidação possa ser mensurado com confiabilidade. São classificados como ativos ou passivos circulantes, aqueles que se espera que seja realizado até 12 (doze) meses da data de encerramento do Balanco Patrimonial, com exceção dos casos em que o ciclo operacional da empresa for superior a 12 (doze) meses, caso este em que prevalece o ciclo operacional. Os demais ativos e passivos são reconhecidos como ativos ou passivos não circulantes. Reconhecemos a exatidão das demonstrações acima.

Paulo Leonardo Gimenez Caetano - Diretor-Presidente

Alexsandro Assing - Contador - CRC 1SC038749.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br